

CADERNO DE ENCARGOS¹

ÍNDICE

1ª.	Objeto	2
2ª.	Prazo do contrato	2
3ª.	Obrigações principais da entidade adjudicante	2
4ª.	Obrigações principais do adjudicatário	2
5ª.	Local e condições da prestação de serviços	3
6ª.	Equipa a afetar à prestação de serviços	6
7ª.	Preço contratual	6
8ª.	Condições de pagamento	7
9ª.	Proteção de dados pessoais	8
10ª.	Penalidades contratuais	10
11ª.	Dever de sigilo	11
12ª.	Força maior	12
13ª.	Resolução por parte da entidade adjudicante	12
14ª.	Resolução por parte do adjudicatário	13
15ª.	Foro competente	13
16ª.	Subcontratação e cessão da posição contratual	13
17ª.	Comunicações e notificações	13
18ª.	Execução do contrato	13
19ª.	Direção e Fiscalização da Execução do Contrato	13
20ª.	Legislação aplicável	14
	Anexo A – Especificações Técnicas	15
	Anexo B – Tecnologias Atuais – Plataforma InvestPorto	17

¹ Toda a legislação referida neste caderno de encargos considera-se como reportada à redação em vigor à data da mesma.

Cláusulas

1ª. Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de reformulação visual e atualização tecnológica do *website* www.investporto.pt e a criação da *APP InvestPorto*.
2. O objeto do contrato abrange ainda serviços de manutenção corretiva e evolutiva do *website* e da *APP Invest Porto*.

2ª. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor **pelo prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses**, a contar da data da sua assinatura ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no número anterior e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
3. A execução das prestações que constituem o objeto do contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa sempre que se verifique a impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora da entidade adjudicante na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução, ou exceção de não cumprimento, nos termos do disposto nos artigos 297.º e 298.º do CCP.

3ª. Obrigações principais da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorre para a entidade adjudicante as seguintes obrigações principais:

- a) Assegurar o alojamento do *website* e da *APP Invest Porto*;
- b) Disponibilizar o seu Manual de Identidade.

4ª. Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorre para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Execução dos serviços identificados na sua proposta, em conformidade com as especificações constantes do Anexo A do presente caderno de encargos.
 - b) Criação da *APP* compatível com dispositivos móveis iOS e Android;

- c) Capacitar, mediante formação, os utilizadores a operar de forma autónoma no Sistema de Gestão de Conteúdos (CMS) do *website* e da *APP*, de acordo com as necessidades que venham a ser identificadas pela entidade adjudicante em sede de execução do contrato.
 - d) Garantir o acesso dos utilizadores ao Sistema de Gestão de Conteúdos (CMS) do *website* e da *APP*;
 - e) Assegurar os prazos máximos de resposta a incidentes/problemas de acordo com a prioridade estabelecida.
 - f) Prestar assistência técnica contínua para resolução de problemas com o *website* e *APP* ou com a utilização das mesmas;
 - g) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessárias para o cumprimento das presentes obrigações de execução do contrato;
 - h) O adjudicatário deve ainda garantir a manutenção evolutiva da solução implementada.
2. adjudicatário obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
3. O adjudicatário deverá acautelar a possibilidade de vir a adotar, em sede de execução de contrato, planos de contingência, para fazer face a situações de contenção de epidemias, quer de modo preventivo, quer em situação declarada, quer em fase de reposição da normalidade, sem prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior constantes do presente caderno de encargos.
4. A título acessório, o adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços objeto do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
5. O adjudicatário deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

5ª. Local e condições da prestação de serviços

1. A prestação de serviços objeto do contrato serão executados, em formato online ou em outra modalidade que venha a ser acordada entre as partes em sede de execução do contrato.
2. É constituída uma bolsa de horas para a execução de serviços de manutenção evolutiva, a qual será executada de acordo com as necessidades que venham a ser identificadas pela entidade adjudicante, ao longo do período de vigência do contrato, estimando-se para o efeito o total de **300 horas**.

3. A entidade adjudicante não se obriga a consumir o número total de horas estimado, não assistindo ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo número de horas não consumido.

4. A prestação dos serviços será executada de acordo com as seguintes fases e *timings*:

A. Fase 1 – Desenvolvimento, Design e Suporte (incluindo manutenção corretiva):

Compreende os serviços relativos ao desenvolvimento, design e suporte técnico inicial ao *website* e à *APP* e deve ser implementada até 6 meses após a outorga do contrato.

- a. **Arranque do Projeto** – deverá estar concluído até 1 mês a contar da data de outorga do contrato;
- b. **Design e Desenvolvimento** – deverão estar concluídos até 3 meses após a conclusão da alínea a);
- c. **Suporte ao lançamento do website e da APP** – deverá ser concretizado até 2 meses após a conclusão da alínea b);
- d. Em sede de execução do contrato poderão ser acordados outros prazos intermédios dos referenciados nas alíneas anteriores, mediante acordo entre as partes e desde que não ultrapasse o prazo máximo para implementação da fase 1 da proposta adjudicada.

B. Fase 2 – Manutenção Evolutiva: Compreende serviços de *update* e suporte para desenvolvimento de novas funcionalidades/manutenção ou correção das funcionalidades existentes.

5. A realização de manutenção corretiva (Fase I) quer a manutenção evolutiva (Fase II) devem cumprir com os seguintes requisitos:
 - a. Ser efetuada, via *online*, numa base de 5 dias por semana (segunda a sexta e apenas úteis), entre as 9:00 e as 18:00 horas, durante todo o ano, para um período de duração média diária de 8 horas, salvo outras situações acordadas entre as partes em sede de execução do contrato;
 - b. A resolução de incidentes/problemas específicos, dúvidas ou anomalias reportadas pela entidade adjudicante serão reportadas por correio eletrónico;
 - c. Qualquer intervenção corretiva ou evolutiva na solução só pode ser realizada após aceitação, pela entidade adjudicante, de orçamento prévio do número de horas a consumir consideradas individualmente em cada proposta de manutenção corretiva ou evolutiva.
 - d. Deve garantir a continuidade do produto (updates corretivos);
 - e. Os incidentes/problemas serão classificados pela entidade adjudicante quanto à sua prioridade, atendendo à urgência e ao impacto causado no normal funcionamento da atividade, conforme tabela infra;

Prioridade	Descrição	Tempo de resolução (em horas úteis)
Alta	Impede a execução de funcionalidades críticas para o negócio.	4
Média	Erros críticos afetando a atividade normal, mas sem a inviabilizar.	8
Baixa	Situações não urgentes e que não perturbam de forma significativa a operacionalidade do sistema.	40

- f. O tempo de resposta para iniciar a resolução de incidentes/problemas e os tempos de resolução dos mesmos deverão respeitar os prazos abaixo definidos em função da prioridade atribuída a cada problema;
 - g. O tempo de resposta será contado a partir da data/hora de envio da notificação do incidente/problema ao adjudicatário nos termos da alínea b);
6. O adjudicatário deve entregar os seguintes relatórios:
 - a) Até ao 5.º dia útil e após o término de cada uma das subfases da Fase 1 elencadas no ponto A do n.º4 da presente cláusula, um relatório de execução com breve descrição de todas as tarefas realizadas;
 - b) Até ao 5.º dia útil de cada mês, um relatório de acompanhamento mensal das intervenções efetuadas no mês transato, sejam referentes à manutenção corretiva, quer à manutenção evolutiva, no qual deve constar:
 - i. Descrição da intervenção por pedido;
 - ii. O estado do incidente/problema e o tempo de resolução do incidente/problema.
 - iii. N.º de horas consumidas por pedido;
7. Todos os relatórios deverão ser validados pela entidade adjudicante, **no prazo máximo de 5 dias úteis após a sua entrega**, considerando-se aceites se não houver qualquer pronúncia em contrário até ao final desse prazo.
8. Caso existam correções/alterações a efetuar, serão estas da responsabilidade do adjudicatário, bem como todos os encargos que advenham dessa situação.
9. O adjudicatário dispõe de **um prazo máximo de 5 dias úteis**, a contar da comunicação efetuada pela entidade adjudicante, para efetuar as correções/alterações que esta considere necessárias.
10. Todos os documentos, nomeadamente os relatórios devem ser entregues, em suporte digital, a definir em sede de execução do contrato, para o endereço eletrónico do gestor de contrato nomeado pela entidade adjudicante para o efeito, com conhecimento à Chefe da Divisão Municipal InvestPorto.
11. Excecionalmente, e mediante autorização expressa da entidade adjudicante, os documentos anteriormente referidos poderão ser entregues em suporte físico, devendo para o efeito ser impressos em papel reciclado, privilegiando-se a utilização da opção de impressão frente e verso dos mesmos, no âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas e da

Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho, que visa assegurar a inclusão de critérios de sustentabilidade em todos os contratos públicos de aquisição de bens e serviços.

6ª. Equipa a afetar à prestação de serviços

1. O adjudicatário deve constituir uma equipa afeta à execução dos serviços que cumpra com os seguintes requisitos mínimos:
 - a) No mínimo 4 consultores e no máximo 9 consultores;
 - b) **Cada consultor** deve possuir no mínimo 1 ano² de experiência na implementação e na manutenção evolutiva de websites e APP's, nos últimos 3 anos.
2. No caso de ocorrer, durante o tempo da prestação de serviço, alguma alteração dos elementos que compõem a equipa, o adjudicatário deve, no **prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data da sua ocorrência**:
 - a) Apresentar a justificação fundamentada para a mudança/alteração do(s) elemento(s);
 - b) Comunicar ao gestor do contrato designado pela entidade adjudicante o(s) novo(s) elemento(s), devendo o(s) novo(s) consultor(es) possuir(em), no mínimo, o mesmo nível de experiência do(s) substituído(s);
 - c) Entregar os documento(s) comprovativo(s) que permitam atestar a experiência do(s) novo(s) consultor(es) a alocar à prestação de serviços, nos termos insertos no número 5 do ponto 10 do convite.

7ª. Preço contratual

1. Pela execução dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário **os preços unitários da proposta adjudicada**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O somatório dos preços unitários multiplicados pelas quantidades efetivas decorrentes da execução do contrato **não pode, em qualquer caso, ser superior a 74.500,00€**, no prazo máximo de vigência admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA), em que se fixam os seguintes máximos:
 - a) **62.500,00€**, pelos serviços de reformulação visual e atualização tecnológica do portal www.investporto.pt e da APP InvestPorto e ainda pela manutenção corretiva (Fase I);
 - b) **12.000,00€** pelos serviços de manutenção evolutiva, o que corresponde a um valor máximo de **40,00€/hora**.
2. Os preços referidos no número 1 incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo,

² É considerado 1 ano: 12 meses seguidos ou 12 meses que resulta do somatório de meses intercalados nos últimos 3 anos.

nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

8ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, as quais devem cumprir com o disposto no artigo 36.º do CIVA³ e só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas, e após a prestação dos serviços, devendo ainda cumprir com as exigências impostas pelo artigo 9.º, n.º 1, da LCPA⁴, aprovada pela Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual.
2. Para efeitos do número anterior as obrigações consideram-se vencidas nos seguintes termos:
 - a. Com a conclusão da subfase “*Arranque do Projeto*” e validação pela entidade adjudicante do relatório a que se refere a alínea a), n.º6 da cláusula 5.ª do presente caderno de encargos – 20% do preço contratual da Fase 1, valor sem IVA;
 - b. Com a conclusão da subfase “*Design e Desenvolvimento*” e validação pela entidade adjudicante do relatório a que se refere alínea a), n.º6 da cláusula 5.ª do presente caderno de encargos – 30% do preço contratual da Fase 1, valor sem IVA;
 - c. Com o “Lançamento do website e da APP” e validação pela entidade adjudicante do relatório a que se refer a alínea a), n.º6 da cláusula 5.ª do presente caderno de encargos – 50% do preço contratual da Fase 1, valor sem IVA;
 - d. Mensalmente, mediante entrega e validação pela entidade adjudicante do relatório de acompanhamento mensal relativo ao consumo da bolsa de horas, cujo preço a pagar corresponderá ao produto do número de horas efetivamente consumidas pelo preço/hora contratual.
3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. As faturas devem ser emitidas em nome do **Município do Porto NIF: 501 306 099, sito na Praça General Humberto Delgado, 4049-001 PORTO – Departamento Municipal de Economia – Divisão Municipal Invest Porto**, com referência aos documentos que lhes deram origem, isto é, deve especificar o n.º da encomenda e o respetivo número sequencial de compromisso.
5. Nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação atual, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 18 de abril de 2019, a receber e a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão

³ Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

⁴ Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Europeia e publicitada no portal dos contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP.

6. Nos termos do artigo 9.º n.ºs 3 e 4 do mesmo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, os cocontratantes podem, até 31 de dezembro de 2020, utilizar mecanismos de faturação diferentes dos previstos no referido artigo 299.º-B do CCP, prazo esse alargado até 30 de junho de 2021 para as pequenas e médias empresas⁵ e até 31 de dezembro de 2021 para as microempresas, definidas nos termos da Diário da República, 1.ª série www.dre.pt N.º 69, de 7 de abril de 2020 Pág. 11-(3) Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, e para as entidades públicas enquanto entidades cocontratantes.
7. Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido à faturação eletrónica⁶, nos termos e prazos definidos no número anterior, as faturas devem ser enviadas digitalmente, para o seguinte endereço de correio eletrónico: mporto@cm-porto.pt
8. Excecionalmente, caso não seja possível a utilização de correio eletrónico, as faturas poderão ser enviadas para o seguinte endereço postal: Apartado 4053, 4000-101 Porto.
9. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores poderão, ao longo da execução do contrato, ser indicados outros contactos para o envio das referidas faturas.
10. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1, 2 e 4, as faturas são pagas através de transferência bancária.

9ª. Proteção de dados pessoais

1. Constituem obrigações do adjudicatário, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:
 - a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
 - b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
 - c. Efetuar uma Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados, nas situações expressamente previstas, quer no artigo 35.º do n.º 3 do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Reg. (UE) 2016/679 (RGPD) quer no Regulamento n.º 1/2018 da Comissão Nacional

⁵ De acordo com o artigo 2º da Recomendação nº 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, a categoria das micro, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que empregam menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios anual não excede 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não excede 43 milhões de euros; na categoria das PME, uma pequena empresa é definida como uma empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros; e na categoria das PME, uma microempresa é definida como uma empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros

⁶ Com o objetivo de facilitar a adoção da fatura eletrónica pelos seus fornecedores, o Município do Porto contratualizou um serviço de apoio, que poderá ser solicitado através do seguinte endereço de correio eletrónico: fornecedores.saphety@saphety.com

- de Proteção de Dados, relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD);
- d. Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - e. Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
 - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
 - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.
 - f. Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
 - g. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
 - h. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
 - i. Garantir que pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;
 - j. Apoiar a entidade adjudicante na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade.
2. Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.
3. Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
4. Finda a vigência do contrato, o adjudicatário tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

10ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento dos prazos constantes do presente caderno de encargos e dos constantes da proposta adjudicada, até 0,05% do preço total contratual, por cada dia útil de atraso, desde que este atraso seja única e exclusivamente da responsabilidade do adjudicatário;
 - b. Pelo incumprimento dos níveis de suporte técnico, por incidente, ocorridos na Fase I, definidos no quadro da alínea e), n.º5 da clausula 5.ª do presente caderno de encargos e desde que esse incumprimento seja única e exclusivamente da responsabilidade do adjudicatário:
 - i. Prioridade Alta (resolução até 4 horas úteis) – 0,5% do preço total contratual da Fase 1 por solicitação, que ultrapasse em 10% o tempo de resolução definido;
 - ii. Prioridade Média (resolução até 8 horas úteis) – 0,25% do preço total contratual da Fase 1, por solicitação, que ultrapasse em 10% o tempo de resolução definido;
 - iii. Prioridade Baixa (resolução até 32 horas úteis) – 0,12% do preço total contratual da Fase 1, por solicitação, que ultrapasse em 10% o tempo de resolução definido;
 - c. Pelo incumprimento dos níveis de suporte técnico, por incidente, ocorridos na Fase II, definidos no quadro da alínea e), n.º5 da clausula 5.ª do presente caderno de encargos e desde que esse incumprimento seja única e exclusivamente da responsabilidade do adjudicatário:
 - i. Prioridade Alta (resolução até 4 horas úteis) – 2,5% do preço total contratual da Fase 2 por solicitação, que ultrapasse em 10% o tempo de resolução definido;
 - ii. Prioridade Média (resolução até 8 horas úteis) – 1,25% do preço total contratual da Fase 2, por solicitação, que ultrapasse em 10% o tempo de resolução definido;
 - iii. Prioridade Baixa (resolução até 32 horas úteis) – 0,65% do preço total contratual da Fase 2, por solicitação, que ultrapasse em 10% o tempo de resolução definido;
 - d. Pelo incumprimento de outras obrigações emergentes do contrato, até 10% do preço total contratual do respetivo programa;
 - e. Pelo incumprimento da obrigação de respeitar ao longo da execução do contrato, e apenas no âmbito do referido contrato, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 5% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 7 da presente cláusula.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo

329.º do CCP, salvo se a entidade adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.

3. Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.
7. Em função da gravidade do incumprimento da obrigação prevista na alínea e) do n.º 1 da presente cláusula, ou da sua reiteração após instruções transmitidas no exercício do poder de direção por parte da entidade adjudicante tendente à respetiva observância, e apenas no âmbito do referido contrato, pode este ser resolvido a título sancionatório, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 3 desta mesma disposição legal.

11ª. Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

12ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

13ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

14ª. Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

15ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

16ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo adjudicatário depende da autorização da entidade adjudicante, nos termos do CCP.
2. Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, aquele cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.

17ª. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

18ª. Execução do contrato

Os serviços serão executados mediante requisição da entidade adjudicante.

19ª. Direção e Fiscalização da Execução do Contrato

1. Os poderes de direção e a fiscalização do modo de execução do contrato serão exercidos pela entidade adjudicante nos termos do disposto nos artigos 303.º a 305.º do CCP.
2. Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato a entidade adjudicante será representada pelo Gestor do Contrato, ao qual se delega a competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no art.º 325.º do CCP para que o adjudicatário cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada, sem prejuízo dos relatórios de acompanhamento previstos no presente caderno de encargos.

3. O Gestor do Contrato, no exercício das funções de fiscalização, será responsável pela medição e avaliação dos níveis de serviço exigidos de acordo com as cláusulas 4.^a e 5.^a do presente caderno de encargos.

20^a. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Anexo A – Especificações Técnicas

Especificações para a reformulação visual e atualização tecnológica do website www.investporto.pt bem como a criação da APP *InvestPorto*:

- Criar novo design responsivo para o *website* e um design para a nova APP, mais moderno e intuitivo, em linha com o Manual de Identidade da entidade adjudicante.
- Para o redesenvolvimento de funcionalidades existentes, deverá ser dada preferência às tecnologias utilizadas na versão atual da plataforma (de acordo com o Anexo B).
- Reorganizar o conteúdo da versão atual da plataforma e desenvolver novas funcionalidades interativas para melhorar a experiência de procura de informação e de apoio para empresas e investidores:
 - ✓ Sugerir novos flows para melhorar a experiência de utilizador;
 - ✓ Reforçar a presença de botões *call to action*.
 - ✓ Migrar os conteúdos relevantes da versão atual da plataforma e inserir os novos conteúdos desenvolvidos pela Divisão Municipal InvestPorto;
 - ✓ Melhorar a ferramenta para submeter e triar pedidos de apoio aos serviços da DM InvestPorto, implementando um formulário dinâmico ou um *chatbot*;
 - ✓ Criar uma ferramenta para pesquisar apoios e incentivos relevantes, implementando um algoritmo determinístico que filtre o conteúdo inseridos no sistema de gestão de conteúdo (CMS) da plataforma;
 - ✓ Criar uma bolsa aberta à inscrição de prestadores de serviços para empresas (B2B), que permita aos utilizadores pesquisar serviços B2B disponíveis no Porto.
- Conceber uma experiência de utilização contínua e complementar entre web e APP (Android e iOS). Os principais fatores diferenciadores da experiência APP devem englobar:
 - ✓ Contas de utilizadores, para o registo do perfil e preferências de cada utilizador.
 - ✓ Conteúdo personalizado para diferentes audiências de utilizadores.
 - ✓ Sistema de notificações.
 - ✓ Conter exatamente o mesmo conteúdo e funcionalidades em dispositivos *iOS* e *Android*. A APP poderá ser desenvolvida através de uma abordagem *WebApp*, híbrida ou outra adequada ao contexto e exigências da plataforma.
- Otimizar o sistema de gestão de conteúdo (CMS) para uma gestão fácil do conteúdo de toda a plataforma web e APP. O CMS deve:
 - ✓ Permitir inserir e editar conteúdo em duas versões de idiomas (português e inglês).
 - ✓ Permitir embeber conteúdo gerado em ferramentas third-party de visualização de dados utilizadas pela DM InvestPorto (através, por exemplo, de um *iframe*).
 - ✓ Permitir inserir conteúdo diferenciado por localização inferida do utilizador (por exemplo, através do endereço de IP ou idioma do dispositivo do utilizador).

- ✓ Possuir um Manual de Utilizador que documente a utilização do CMS e o tech stack de tecnologias utilizadas pela plataforma.
- Organizar a publicação da *APP* na *Google Play* (para *Android*) e na *App Store* (para *iOS*).
- Recomendar e implementar melhorias na capacidade de monitorização e analytics da plataforma (por exemplo, atualizar a tag do *Google Analytics* e/ou adicionar o *Google Tag Manager* e/ou a *LinkedIn Insight Tag*) e testar a integração de “lead trackers” que identifiquem as empresas que visitem o *website* da plataforma (por exemplo, *Leadfeeder* ou *Snitcher* ou *Leady*).
- Recomendar e implementar melhorias a nível de *Search Engine Optimization (SEO)* e *Social Media Optimization (SMO)* da plataforma.
- Cumprimento dos requisitos impostos pelo RGPD⁷.

⁷ Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

Anexo B – Tecnologias Atuais – Plataforma InvestPorto

Sistema Operativo do Servidor:

- Distribuições Linux baseadas em Kernel 2.6.x ou superior (eg.: CentOS, RedHat, Debian, SUSE, etc.)
- Microsoft Windows Server 2003 ou superior

Servidor Web (HTTP)

- Microsoft IIS7 ou superior ou Apache 2.2.x ou superior

PHP

- PHP5 (5.1, 5.2, 5.3 ou 5.4)

Base de Dados

- MySQL 5.x (ou superior)